

Teleconferência de Resultado – 1T18
11 de maio de 2018

OPERADORA - Bom dia a todos. Obrigada por aguardarem. Sejam bem-vindos à teleconferência do Banco do Brasil para discussão dos resultados referentes ao 1T de 2018. Informamos que este evento está sendo gravado e que todos os participantes estarão apenas ouvindo a teleconferência durante a apresentação do Banco do Brasil. Em seguida iniciaremos a sessão de perguntas e respostas, quando mais instruções serão fornecidas. Caso algum dos senhores necessite de alguma assistência durante a teleconferência, queiram por favor solicitar a ajuda de um operador digitando *0. Este evento também está sendo transmitido simultaneamente pela internet via webcast, podendo ser acessado no endereço www.bb.com.br/ri, onde se encontra disponível a respectiva apresentação. O replay estará disponível pelo telefone 011 2188-0400 até o dia 18 de maio de 2018, em português e inglês. Para acesso ao replay você deve solicitar à operadora para ouvir a tele do BB e sua identificação será solicitada. A seleção dos slides durante a apresentação será controlada pelos senhores. Antes de prosseguir, gostaria de esclarecer que esta apresentação faz referências e declarações sobre expectativas, sinergias planejadas, estimativas de crescimento, projeções de resultados e estratégias futuras sobre o Banco do Brasil, suas subsidiárias coligadas e controladas. Essas expectativas são altamente dependentes das condições do mercado, do desempenho econômico geral do país, do setor e dos mercados internacionais. O Banco do Brasil não se responsabiliza em atualizar qualquer estimativa contida nesta apresentação. Conosco hoje estão os senhores Bernardo Rothe, vice-presidente de gestão financeira e de relações com investidores; e Daniel Maria, gerente geral de relações com investidores do Banco do Brasil.

Por favor senhor Daniel, queira prosseguir.

DANIEL MARIA - Bom dia a todos, obrigado por participarem da nossa teleconferência para apresentação dos resultados do 1T2018.

Gostaria de começar a apresentação no slide 4. No lado esquerdo pontuamos os destaques do resultado. O lucro líquido ajustado cresceu 20,3% em relação ao 1T2017, influenciado pelo crescimento de 5,4% das receitas com tarifas, melhoria na qualidade do crédito com a queda de 25 pontos base no índice de inadimplência acima de 90 dias, que influenciou a redução de 26,3% nas despesas com PCLD; e pela redução de 0,2% nas despesas administrativas. [03:04] buscamos o comportamento de alguns indicadores de mercado e adicionamos as estimativas médias dos analistas para 2018 e 2019. Estas estimativas são anteriores ao anúncio de alteração de *pay out*. Lucro ajustado por ação ficou em R\$1,09 no 1T2018. O *dividend yield* foi de 2,72%. O índice preço-lucro atingiu 10,10 e a relação preço/valor patrimonial foi de 1,13.

No slide 6, demonstramos a construção do lucro no período. No gráfico na parte inferior, evidenciamos que no 1T2018 a margem financeira bruta atingiu R\$12,0 bilhões. A margem financeira líquida, que vem após a dedução de R\$4,2 bilhões de PCLD alcançou R\$7,7 bilhões. As rendas de tarifas atingiram R\$6,5 bilhões e as despesas administrativas ficaram em R\$7,8 bilhões. O que resulta em lucro líquido ajustado de R\$3,0 bilhões. Esse lucro reflete a rentabilidade sobre PL de 3,2% no 1T2018.

No slide 7 temos os principais componentes do resultado. A margem financeira bruta livre de recuperação de crédito apresentou uma redução de 11,5% em relação ao 1T2017. A redução da margem foi ocasionada por uma combinação de fatores, dentre os quais está a redução do valor médio da carteira, principalmente no segmento micro e pequenas empresas, a venda de título privado de cliente que está em processo de recuperação judicial, com realização da marcação a mercado que impactou a tesouraria. Lembramos que o 1T2017 ainda não tinha os efeitos integrais da regulamentação do rotativo do cartão de crédito, o que gera desvios na comparação do 1T2018. Ainda que as despesas com captação tenham se reduzido de forma significativa, elas não foram suficientes para compensar a queda nas receitas. Já prevíamos esse comportamento para a margem e nos próximos trimestres projetamos uma convergência para o *guidance*, de forma que estamos

confiantes no atingimento deste item. As rendas de tarifas apresentaram alta de 5,4% em relação ao 1T2017, com destaque para receitas com conta corrente, que subiram 9,1% e administração de fundos com aumento de 9,7%. Já as despesas administrativas tiveram redução de 0,2% em relação ao 1T2017 e 5,8% em relação ao 4T2017. Alinhada a melhoria da qualidade da carteira, a despesa de PCLD apresentou nova queda, totalizando R\$5,4 bilhões.

No slide 8, trazemos a carteira de crédito ampliada e seus indicadores de qualidade. Em março de 2018 a carteira de crédito atingiu R\$675,6 bilhões, redução de 0,8% frente a dezembro de 2017, e 1,9% na comparação anual, explicados principalmente pela queda na carteira PJ. O índice de inadimplência acima de 90 dias teve sua terceira queda consecutiva encerrando março com 3,65%. Descontando o caso específico, nosso INAD90 seria de 3,22% retomando o patamar inferior ao sistema financeiro nacional. A formação da inadimplência atingiu o valor nominal de R\$6,3 bilhões, o que resultou em um indicador de nova inadimplência sobre a carteira de 0,99%. O índice de cobertura ficou estável em 153,6% e o custo de crédito atingiu 3,8%.

No slide 9 apresentamos a carteira orgânica de pessoas físicas. Ficou estável na comparação com dezembro e cresceu 3,0% em 12 meses atingindo R\$177,2 bilhões. Desse total, 77,0% está concentrado nas linhas de crédito consignado, financiamento imobiliário, CDC Salário e financiamento de veículos. A inadimplência acima de 90 dias atingiu 3,49%, explicada pela sazonalidade do 1T do ano. A formação da inadimplência teve aumento pontual no crédito imobiliário potencializado pela sazonalidade do 1T, conforme mencionei. A cobertura da carteira PF ficou em 168,0% enquanto as despesas de PCLD foram R\$1,8 bilhões. Importante ressaltar que a safra de 2017 é a melhor da série histórica e 2018 tende apresentar comportamento semelhante.

No slide 10 mostramos a carteira de PJ, que atingiu R\$263,2 bilhões, redução de 6,3% em 12 meses e 1,6% na comparação com dezembro. Essa queda foi concentrada no segmento de micro e pequenas empresas. A inadimplência acima de 90 dias ficou em 5,76%, a menor desde o 4T2016. Descontado caso específico,

a INAD90 seria de 4,54%. A formação da inadimplência atingiu o valor nominal de R\$2,8 bilhões, implicando em indicador da nova inadimplência sobre a carteira de crédito de 1,25%. O índice de cobertura atingiu 139,7%. Com uma melhor qualidade, a despesa de PCLD do segmento no trimestre reforça a tendência de queda atingindo R\$2,5 bilhões.

No slide 11 apresentamos a carteira de agronegócios. Essa carteira cresceu 1,5% na comparação com dezembro de 2017 e 2,6% em 12 meses, atingindo R\$184,7 bilhões. A inadimplência acima de 90 dias atingiu 1,85%. A elevação desse indicador nos últimos períodos se deve à queda dos preços ao longo de 2017 na pecuária de corte e leite, e a maior parte do saldo vencido no 1T2018 continua concentrado nesses segmentos. A cobertura da carteira atingiu 156,7%. Já as despesas de PCLD ficaram estáveis frente o trimestre anterior.

No slide 12 trazemos na linha azul o spread global, que caiu nesse trimestre, atingindo 3,84%. Neste slide apresentamos também a visão de spread global incluindo a recuperação de crédito marcada na linha tracejada. A queda no spread global em relação ao 4T2017 foi impactada pelo aumento nos ativos de liquidez, com redução na participação das operações de crédito na formação dos ativos rentáveis e também ao menor número de dias corridos. Na parte inferior do slide trazemos um exercício de como ficaria o spread global descontando os efeitos que já comentamos. Nesse cenário, o spread global seria de 4,09%. Com a convergência da margem financeira bruta para o *guidance* esperamos uma melhora do spread global ao longo do ano. No spread por carteira, a pessoa física mostrou melhora, com 16,47% em relação aos 16,29% do trimestre anterior. No agro, o spread variou de 4,79 para 4,71%, dentro do comportamento histórico, enquanto que o spread para carteira PJ caiu para 4,66%, impactado principalmente pela redução da exposição ao segmento de micro e pequenas empresas.

No slide 14 apresentamos a evolução do índice da Basileia. Ao final de março, já com a dedução de 100,0% dos ajustes prudenciais, o índice total foi de 18,44%, o capital principal ficou em 9,76%. Reiteramos a nossa meta de manter no mínimo 11,0% de capital principal a partir de janeiro de 2022, crescendo a capitalização de

forma orgânica mesmo com as alterações no *pay out*. Para finalizar trazemos a performance no 1T2018 comparada com o *guidance*. O lucro líquido ajustado ficou em R\$3,0 bilhões, o que em exercício de anualizar o resultado trimestral aponta para uma convergência para o *guidance*. A margem financeira bruta apresentou redução de 11,5% e nossas projeções apontam para o intervalo ao longo do ano. A carteira de crédito teve queda de 1,3% impactada pela redução de 7,3% na PJ, pelo aumento de 2,9% na carteira PF e 6,4% no rural, que ficou dentro do *guidance*. As despesas de PCLD totalizaram R\$4,2 bilhões e as rendas de tarifas com crescimento de 5,4% estão dentro do *guidance*. As despesas administrativas ficaram abaixo do *guidance* com queda de 0,2%. Com isso concluo a apresentação e podemos iniciar a sessão de perguntas e respostas. Obrigado.

OPERADORA - Obrigada, iniciaremos agora a sessão de perguntas e respostas. Para fazer uma pergunta, por favor, digitem *1. Solicitamos aos participantes que façam apenas um questionamento em cada rodada de perguntas.

Nossa primeira pergunta vem do senhor Henrique Navarro, do Santander.

NAVARRO - Bom dia, Bernardo, Daniel, parabéns pelo resultado. Minha pergunta é referente ao *dividend pay out*, agora vocês estão trabalhando com a faixa de 30-40%, onde a gente já viu alguns comentários do Caffarelli ontem no jornal de que estaria se situando mais próximo dos 40. Eu entendo que esta foi uma decisão estratégica, talvez advinda aí de um maior conforto de capital, etcetera, mas eu gostaria de ouvir de vocês as motivações para essa mudança de dividendo voltando ao que era no passado, e quais as implicações que isso pode trazer, talvez por exemplo uma alíquota efetiva de imposto menor, etc. Obrigado.

BERNARDO - Bom dia Navarro, obrigado pela pergunta. Bem, o *pay out*, essa faixa de 30-40,0% nos indica o quê? Que nos 30,0% não muda praticamente nada porque o *pay out* é o bruto antes de imposto. Então a gente já vinha trabalhando com *pay out* de 29,4, que líquido dava os 25,0% declarados, que era o *pay out* líquido de imposto, que é o mínimo que pode ser pago no país, dado que existe, quando é JCP, impacto de taxação para a pessoa física no país. Então os 30,0% na verdade

da faixa não muda nada e o 40,0% sem dúvida há uma distribuição maior de proventos para os acionistas. As nossas projeções de capital são bastante confortáveis, a gente já está com 9,76, depois de todas as deduções, com uma meta de 9,5 para janeiro do ano que vem. Então é um ano de antecedência a gente já está acima da meta. E se você considerar que não tem mais dedução, mesmo com ainda a implementação do fator F no ano que vem, a nova mudança de fator F, e dado o nosso histórico recente de criação de capital e o gerenciamento dos ativos do RWA do Banco, se você repetir o que gente fez no último ano já te dá uma boa indicação de como poderia ficar o índice de capital em janeiro do ano que vem, ou seja, bastante superior à nossa própria meta. Então o Banco não precisa atingir sua meta com muita antecedência, então há espaço para eu começar a distribuir mais para nossos acionistas, a gente não precisa ter excesso de capital. Então, assim, dado as perspectivas que temos de crescimento de crédito que temos para esse ano e ano que vem, as perspectivas de utilização desse capital em excesso, e dado as nossas projeções que indicam que a gente vai ter um colchão confortável sobre o mínimo, o próprio mínimo que a gente se impôs, que é acima do mínimo esperado para o país estabelecido pelo Banco Central, não haveria porque a gente não considerar a possibilidade de aumento de *pay out*, e essa possibilidade do aumento de *pay out* foi decidida no conselho de administração. Se vai pagar entre esse 30-40 isso é uma decisão que ainda deve ser tomada, mas existe total espaço para a gente pagar 40,0% esse ano e continuar pagando 40,0% nos próximos anos. Mas as decisões são anuais, mas enfim, o espaço pra pagar 40,0% de *pay out* esse ano e nos próximos anos existe dadas as projeções que a gente tem hoje, tanto para crescimento de crédito como para as oportunidades que a gente tem, a forma como a gente pretende crescer o crédito que é concentrado em linhas que consomem menos capital. Então o espaço existe e por isso que a gente decidiu voltar aos 40,0% que já existia no passado antes da redução. Como a gente vai pagar esse *pay out*, via ajuste de capital próprio, isso gera um benefício fiscal para o Banco, então no final do ano a tendência nossa é que essa faixa de imposto fique um pouco menor do que a gente tava trabalhando. Aquele top *guidance* que a gente sempre deu para vocês de 30-35,0% esse ano, com *pay out* a 40,0% ele reduz um pouco, fica em 25-

30. Considerando que é lucro antes de imposto menos equivalência, aí você calcula essa taxa, tá. Sempre LAIR menos o que a gente recebe quando no *fee income*.

NAVARRO - Excelente, muito obrigado.

OPERADORA - Lembrando que para fazer perguntas basta digitar *1.

Nossa próxima pergunta, vem do senhor Jorg Friederman, do CitiBank.

FRIEDERMAN - Obrigado pela oportunidade. Eu queria fazer uma pergunta e um *follow up* na pergunta do Navarro. Sobre a minha pergunta eu notei que as despesas com planos econômicos elas foram bastante superiores ao que eu esperava dada a reserva que eu notei que vocês tinham lá no final de 2016, de aproximadamente R\$4,3 bilhões e dado também o desfecho da negociação que a gente viu homologada pelo STF recentemente. Então queria só entender um pouco mais como que vocês estão com relação ao conforto dessas reservas já constituídas, e se isso foi só um descasamento entre pagar algumas coisas que já estão sendo solicitadas e baixar provisão no futuro, se tem espaço para reverter. Meu *follow up* na questão do Navarro é como que você reconcilia então esse novo *pay out* com esse benefício fiscal que o JCP pode gerar com o *guidance*, porque eu percebo que você não ajustou o *guidance*, continua com o mesmo *guidance* de lucro líquido de 11,5 a 14, mas com uma alíquota menor, isso quer dizer que vocês estão um pouco mais conservadores, podem perder algumas outras linhas com a margem financeira bruta e compensa isso via uma redução de alíquota, ou pode ter espaço para aumento do *guidance*? Obrigado.

BERNARDO - Bom dia, obrigado pela pergunta. Eu vou começar falando do seu *follow up* depois eu passo para o Daniel para ele responder os planos econômicos. Então, assim, o *guidance* é uma faixa de valor, um faixa até que é bastante grande, então a gente não vê necessidade nesse momento de fazer ajustes no *guidance*, até porque o *guidance* não é para você ficar mirando o meio do *guidance*. Se o meio, se o norte da previsão mudou de lugar em relação ao meio eu mudo o *guidance*? A gente não faz dessa forma. Então não haveria motivo para a gente alterar *guidance* nenhum. Isso não é uma medida compensatória para

margem porque a gente acredita no nosso *guidance* e posso te dizer que a margem do 1T foi a pior do ano e de agora em diante ela vai crescer. Temos confiança que a margem financeira bruta do 2T vai ser maior que a do 1T mesmo tendo também um evento não recorrente que a gente não vai tirar do resultado que é recompra dos bônus que a gente fez com impacto contábil em abril, então isso foi comprado a prêmio, então tem um impacto imediato apesar de ser mais que compensado pela economia futura de juros sobre esses títulos. Então mesmo com esse evento não recorrente negativo em abril a margem vai subir no 2T, tanto a margem com o spread global. Então não haveria motivos para a gente ficar usando isso como compensação. Só que realmente existe espaço para aumentar o *pay out* a gente levou nas discussões dentro da governança do Banco passando por um comitê de risco e capital, mostrando as projeções, dando conforto também para os decisores que existe espaço para aumentar o *pay out* e a gente aumentou o *pay out* que faz sentido, não tem porque a gente reter capital e não distribuir para os acionistas quando existe uma previsão de excesso até a longo prazo poderia ser bastante alto. Então é assim que a gente viu, por isso não tem motivo para alterar *guidance* nesse momento e se as coisas melhorarem muito para frente e a gente precisar mudar algum *guidance* a gente muda, se piorar também, e for necessário mudar alguma coisa, a gente muda, mas no momento não existe nenhum motivo para alterar nenhum *guidance*. Vou passar ao Daniel agora que vai falar sobre o plano econômico.

FRIEDERMAN – Perfeito. Só um minutinho, Bernardo. Na sua elaboração, que achei perfeita, seria razoável então, dado que vocês sempre miraram o meio do *guidance* e nada mudou com relação à expectativa de margem e as demais expectativas, você está trabalhando agora com um *pay out* maior com uma JCP que vai ajudar essa alíquota, a gente começar a mirar do meio para parte superior do *guidance* de lucro líquido? Porque dado tudo o que você me falou parece ser razoável essa inferência, não?

BERNARDO - Olha, eu não gosto de ficar indicando ponto do *guidance*, tá? É só quando não tem muito o que, quando está bem claro o que tá acontecendo. A

gente está só no 1T do ano. Então, assim, não vou te indicar se é acima do meio, abaixo do meio, mas o *guidance* tá correto, a gente vai entregar o *guidance* do ano apesar desse ano a gente ter reduzido o intervalo do *guidance* pra ficar mais justo, mais preciso. Mas o *guidance* tá ok.

FRIEDERMAN – Obrigado

BERNARDO - Agora o Daniel.

DANIEL - Bom Jorg, bom dia. Com relação aos planos econômicos, nós estamos aí num processo que já dura longo tempo que está chegando a um final. Esse ano específico nós tivemos alguns eventos anormais, um pouquinho antes da definição com relação a planos econômicos você teve um volume maior de execuções, que isso significou em pagamentos. Tem um lapso entre o pagamento e a efetiva redução da provisão, então isso explica um pouco também desse aumento que você observou. Entretanto, a definição em termos de planos econômicos é muito positiva para sistema à medida em que avançar a gente vai verificar melhor o comportamento dessas provisões então essa é uma história que a gente vai observar nos próximos trimestres e tende a se normalizar.

FRIEDERMAN - Perfeito Daniel, mas seria também razoável dizer que vocês estão bem confortáveis com os níveis de provisionamento que já existem, e seria razoável assumir que essa despesa extraordinária desse trimestre ela não tem por que continuar adiante?

DANIEL – Nós estamos confortáveis com nossos níveis de provisão, sim. A questão da evolução desses números nos próximos trimestres a gente acredita que vai convergir para um número mais normal.

FRIEDERMAN - Perfeito, obrigado.

OPERADORA - Nossa próxima pergunta vem do senhor Vitor Mizumoto.

MIZUMOTO - Olá, bom dia, obrigado por pegar minha pergunta. Meu lado aqui, eu saber mais um pouquinho sobre a questão da inadimplência na [25:15] da pessoa física. Vocês comentaram que tem fator sazonal também nesse aumento tanto do

saldo inadimplente acima de 90 dias quanto na formação de inadimplência também, então acho que pelo que você disse, acho que ficou claro que talvez nos próximos semestres isso também deva estabilizar, né. Então se você puder comentar um pouquinho sobre isso. Obrigado.

BERNARDO - Tá ótimo, obrigado pela pergunta. A questão da inadimplência na pessoa física, o aspecto sazonal que nós comentamos, quando você observa as séries históricas normalmente o 1T você tem uma elevação na inadimplência da pessoa física que é um movimento natural e é fácil de se verificar, porque é um período que ele tem maior pressão principalmente por pagamento de impostos e coisas do tipo, que você tem volta às aulas e uma série de coisas que acabam gerando essa situação. Então, quer dizer, esse é o efeito sazonal. O que nós tivemos também aqui nesse período é um pouco o movimento específico no caso do segmento de imóveis, numa linha específica, mas é uma coisa que a gente está observando e a gente acredita que vai tender à normalidade.

VITOR - Tá ok, obrigado.

OPERADORA - Lembrando que para fazer perguntas basta digitar *1.

O senhor Eduardo Nishio, do Brasil Plural, gostaria de fazer uma pergunta.

EDUARDO - Bom dia a todos, obrigado pela oportunidade. Duas perguntas. A primeira é em relação a imposto. Voltando ao assunto pautado nas questões anteriores, eu queria saber se a gente pode já trabalhar com alíquota mais baixa 25-30,0% dado que o *pay out* deve ser numa faixa um pouco maior, e se pudesse explicar um pouquinho da alíquota muito baixa nesse trimestre agora, dar um pouco mais de cor, o porquê de uma alíquota bem abaixo do que vocês indicaram no *guidance* anterior, de 235. Essa é minha primeira pergunta. A segunda é em relação à margem bruta. A gente viu uma contração muito forte nesse trimestre e vocês mantiveram o *guidance*. Para chegar no *guidance* de vocês, provavelmente vocês vão ter que ter um crescimento nominal na margem nos próximos trimestres. Eu queria saber como que vocês pretendem chegar nesse crescimento dada contração forte e a SELIC baixa, já em patamares mais baixos nesse ano todo, se vocês

pudessem dar um pouco mais de cor como que vocês pretendem, se é questão de crédito, se é mix, etc. Muito obrigado.

DANIEL - Obrigado, Nishio, pela pergunta. Vou começar falando da questão dos impostos e passo pro Bernardo depois pra discutir um pouco a questão da margem. A questão dos impostos, quando a gente sinaliza uma range pros impostos isso é anual, então efetivamente você tem volatilidade que você observa durante, é natural isso, durante [28:50] até mesmo pelo movimento de créditos tributários e coisas do tipo. Por exemplo nós temos uma característica que normalmente no 4T você tem algum movimento relacionado às nossas operações lá no exterior. Então, esse movimento é natural. Com relação ao futuro, considerando o novo regime de pay out, a nova forma de *pay out*, é razoável você considerar essa range que o Bernardo comentou de 25-30,0%.

BERNARDO - OK, Nishio. Sobre a margem, só para lembrar, a gente já vinha falando há algum tempo para vocês que a gente esperava o ponto de inflexão na carteira de micro e pequena empresas no final do 1T. Então o crescimento não se daria no 1T, a gente ia mostrar um 1T com queda ainda na micro e pequena empresa mas no [29:43] com algum crescimento já aparecendo. Isso a gente já está vendo nas linhas de capital de giro, são as linhas mais rentáveis desse segmento. Então, abril cresceu em relação a março. Então a gente já começou a crescer a carteira de novo. O investimento ainda não cresce até porque não está havendo muito investimento no país, não só na micro e pequena empresa, acho que o segmento que mais investe hoje é o do agronegócio, por motivos claros, então pode ser que fique estável no ano, mas o capital de giro vai crescer e isso tem efeitos positivos para margem do Banco, e isso vai potencializar esse crescimento da margem ao longo do ano. A gente está trabalhando forte em todos segmentos, aumentos de desembolsos estão acontecendo, a gente tem, no anexo da teleconferência, tem como estão se comportando os desembolsos, consignado com desembolso forte, crescendo, imobiliário também está tendo desembolsos fortes e crescendo, as linhas de capital de giro, como falei, da MPE tem um crescimento forte de desembolso. Se você olhar a comparação anual do desembolso total na carteira PJ cresceu mais de

20,0%. Então, assim, os movimentos todos indicam pra uma performance que ao longo do ano vai nos levar para dentro do *guidance*. A gente está comparando esse 1T com um trimestre muito forte do ano passado, que foi o primeiro, e também um trimestre bastante forte que é o 4T do ano passado, que é normalmente o nosso melhor trimestre de todo ano. Como a gente tem um resultado que é crescente, ele é crescente ao longo do ano, isso nos dá conforto que o *guidance* vai ser alcançado.

OPERADORA - Nossa próxima pergunta vem do senhor Domingos Falavina, do JP Morgan.

FALAVINA - Bom dia, Bernardo e [32:07], obrigado pela oportunidade. Minha dúvida é um pouco com relação à movimentação de qualidade da carteira da parte de agricultura. A gente notou um pouquinho de aumento mas parece que o NPL *formation* já melhorou, então só entender um pouco se é a safra, se deve ter um pouco de ano no 2T e também – *asset quality*, a parte de empréstimo, financiamento imobiliário. A gente nota que a inadimplência melhorou quase em todas as linhas, exceto o imobiliário, [32:19] um pouco mais de [32:21] que se espera um pouco para frente, acho que foi de 2,3 para 2,8, o que que é mais risco, se é mais renda baixa, se é mais dentro do sistema financeiro da habitação e o que tem sido feito para controlar um pouco essa alavancagem? Obrigado.

DANIEL - Domingos, obrigado pela pergunta. Primeiramente, a questão da carteira de agronegócios. O ciclo, como a gente havia comentado, o ciclo no caso da pecuária de corte e leite é a maior explicação para esse aumento da inadimplência. Os ciclos normalmente são mais longos, você teve o movimento de preços que efetivamente afetou bastante os produtores e isso resultou em inadimplência. O Banco vem administrando essa questão. Quando você olha a composição da carteira de pecuária, na carteira de agronegócios ela é relevante para Banco, isso explica também um pouco o 1S. A gente já vê sinais, até mesmo pela movimentação de preços, que tende a uma normalização daqui para frente. Com relação especificamente à...

DOMINGO - Desculpa. Essa normalização, só para gente entender na modelagem, vocês acreditam que ela pega o 2T ou o 2S, o 2T ainda vem pressionado?

DANIEL - A gente espera uma melhora no próximo trimestre. Você também tem um efeito que, aí um pouco em safra, que normalmente no 1T você às vezes tem alguns atrasos que acabam gerando essa pressão na inadimplência que ao chegar em abril essas operações são liquidadas. Isso não tem nada a ver com o setor de pecuária, mas isso tem em outros setores que muitas vezes você observa, então você tem essa combinação desse outro fator, mas o principal é a pecuária, que eu havia comentado. Mas a gente já espera uma melhora a partir do próximo trimestre. Bom, com relação à PF e mais especificamente, imobiliário, essa inadimplência está mais concentrada na carteira de baixa renda. O Banco, em termos de desembolso, como a gente já havia falado no trimestre anterior, a nossa prioridade são as linhas pró-cotistas, são as linhas indiferentes a esse segmento. Então esse segmento vem perdendo e vai perder em relevância em termos da carteira como um todo. O Banco vem tomando medidas para controlar essa inadimplência e naturalmente, tendo mais desembolsos de outros segmentos isso acaba diluindo esse fator também.

DOMINGO - Perfeito, obrigado.

OPERADORA - Encerramos neste momento a sessão de perguntas e respostas. Gostaria de passar a palavra ao senhor Daniel Alves Maria para as considerações finais. Por favor senhor Daniel Maria, queira prosseguir.

DANIEL - Obrigado a todos pela presença e pelas perguntas, nós ficamos à disposição para qualquer esclarecimento. Bom dia a todos.

OPERADORA - A teleconferência do Banco do Brasil está encerrada. Agradecemos a participação de todos e lembramos que o material utilizado nesta teleconferência está disponível no portal de Relação com Investidores na internet. Agradecemos a participação de todos e tenham um bom dia.